

Curitiba, 08 de janeiro de 2019.  
Memorando nº 009/DELI/2018.

De: DELI  
Para: PRES

**Ref: Impugnação ao Edital RPE 01/2018**

Prezado Sr. Presidente:

No dia 04/01/2018 a empresa INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI apresentou impugnação ao Edital RPE 01/2018, o qual tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando à contratação da prestação dos serviços de outsourcing de impressão, cópias e digitalização de documentos, com fornecimento de equipamentos novos, ou seja, de primeiro uso, suprimentos (exceto papel), serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva nas condições, especificações e locais, descritos no presente termo, bem como, treinamento operacional e fornecimento de software de gestão para contabilização de cópias e impressões, pelo período de 60 (sessenta) meses consecutivos conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Em resposta, a DVIT – Divisão de Infraestrutura e Tecnologia elaborou a Nota Técnica nº 001/DVIT/2019 abordandoos aos tópicos impugnados. Confira-se o teor da aludida Nota Técnica:

“Curitiba, 07 de Janeiro de 2019.

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação REP 01/2018 – INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO.**

Trata-se de Nota Técnica quanto à impugnação ao Edital RPE 01/2018 pela empresa INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELLI.

Tem-se que a Licitação RPE 01/2018 tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando à contratação da prestação dos serviços de outsourcing de impressão, cópias e digitalização de documentos, com fornecimento de equipamentos novos, ou seja, de primeiro uso, suprimentos (exceto papel), serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva nas condições,



especificações e locais, descritos no presente termo, bem como, treinamento operacional e fornecimento de software de gestão para contabilização de cópias e impressões, pelo período de 60 (sessenta) meses consecutivos conforme especificações constantes do Termo de Referência, que se tem como parte integrante deste Edital, (Anexo I), para atender as necessidades da COHAPAR.

No dia 04/01/2019 a Empresa INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELLI., apresentou impugnação ao Edital alegando, em apertada síntese: *Que alguns itens limitam a participação de diversos equipamentos ofertados no mercado, sendo que inúmeras especificações apenas os equipamentos da fabricante CANON atendem, impedindo que diversos fabricantes participem de forma competitiva no certame, tais como Ricoh, Samsung, Xerox e Kyocera.*

Diante dos argumentos constantes da impugnação, a DVIT apresenta as considerações a seguir expostas.

#### **1 – DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO SEM AMPARO LEGAL PARA FINS DE HABILITAÇÃO.**

Neste item, alega a impugnante que ao exigir a apresentação de carta do fabricante e ou distribuidor autorizado, solicitada no Anexo II itens “a” e “a.1”, estaria esta Cohapar incorrendo em ilegalidade, sendo a justificativa para a mesma apresentada no corpo da impugnação.

Entretanto, não assiste razão à impugnante. Ao se proceder a leitura dos itens ora mencionados, nota-se a existência do texto “*ou outro documento hábil a comprovar...*”, conforme observa-se na transcrição abaixo:

a) A LICITANTE deverá comprovar, mediante apresentação de documentação, que possui equipe técnica e/ou profissional com capacitação para atendimento dos equipamentos propostos e Software de Gerenciamento /Contabilização de Cópias e Impressões ofertados.

a.1) Para comprovação será aceita Declaração emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado no Brasil, **ou outro documento hábil a comprovar**

**a capacitação técnica específica para atendimento dos equipamentos ofertados**, bem como do Software de Gerenciamento/Contabilização


Logo, a medida não é restritiva possibilitando não apenas a declaração ou atestado fornecido pelo fabricante ou distribuidor, mas também, qualquer outro documento apto a comprovar a capacitação técnica para atendimento dos equipamentos ofertados. Assim, não há que se falar em atendimento ou restrição apenas para uma determinada marca. O que se pretende com a exigência contida no item "a.1" do Edital é garantir a Cohapar de que a empresa vencedora do certame possua equipe técnica treinada e capacitada para operação dos equipamentos ofertados, independente da marca destes.

Deste modo, ao contemplar a possibilidade de aceitação não apenas de declarações emitida por fabricante ou distribuidor, mas também de qualquer outro documento apto a comprovar a capacitação, amplia-se o espectro de participantes da licitação, não havendo qualquer restrição, contrariante ao exposto pela impugnante.

Assim, parece-nos haver, por parte da impugnante, uma distorção da interpretação dos termos contidos no Edital. Tal fato teria levado ao entendimento equivocado, de que apenas os equipamentos da marca CANON poderiam atender às disposições contidas no Edital.

Cumpra ainda esclarecer que o item combatido apresenta rol de documentos afetos a equipe que prestará serviços nesta COHAPAR e não aos equipamentos em si.

No tocante às decisões colacionadas na impugnação, tem-se que as mesmas não possuem correlação ao caso em comento. Explica-se: O acórdão encartado a fl. 06 versa acerca de declaração de corresponsabilidade do fabricante. No caso em testilha o que se requer é apenas a comprovação de que a equipe técnica designada para atendimento desta Cohapar está capacitada para atendimento dos equipamentos ofertados. Neste caso, a responsabilidade pelos atos executados é toda da licitante, inexistindo a situação disposta no decism. Ainda, naquele caso, a exigência realizada parece carecer de justificativa para sua manutenção.



Quanto ao argumento apresentado acerca da aplicabilidade do CDC, não merece guarida ao presente certame. Pretende a impugnante estabelecer um nexo de causalidade entre eventual relação consumerista que apenas concretizar-se-á com a contratação após homologação e adjudicação do objeto licitado e a exigência de declaração do fabricante visando à responsabilização solidária deste.

Mais uma vez resta cristalino que a impugnante não compreende o conteúdo do dispositivo que visa combater. Não há que se falar em relação de consumo haja vista que esta não se encontra estabelecida entre fornecedor e consumidor.

## **2 – DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO E VISIBILIDADE A TODOS OS CONCORRENTES**

No tocante à publicidade dos esclarecimentos realizados no curso do processo licitatório, informa-se que os mesmos já foram disponibilizados no site da Cohapar, contudo, insta destacar que os questionamentos formulados referem-se a 1º e 2º publicação do Edital.

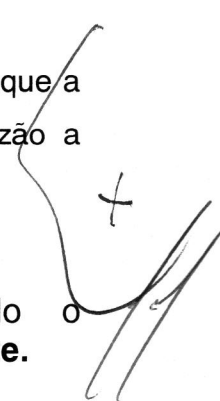
Nota-se que após a realização dos questionamentos acima mencionados, já houve a 3º publicação do Edital, a qual encontra-se com prazo em aberto. Logo, por tratar-se de nova publicação, já reformulada e alterada, tem-se que a falta de publicação tempestiva dos questionamentos anteriores não possui o condão de macular o atual procedimento.

Nesta trilha, esclarece-se que não houve qualquer questionamento em relação à 3º publicação do Edital.

## **6 – CONCLUSÃO**

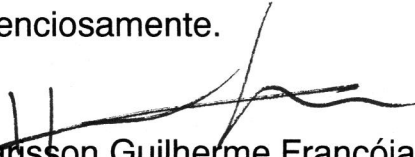
Diante das informações aqui contidas, a equipe técnica da DVIT entende que a impugnação apresentada é totalmente improcedente, não assistindo razão a impugnante quanto quaisquer alegações.”

Verifica-se, portanto, que a impugnação apresentada, segundo entendimento da equipe técnica do DVIT, deve ser **julgada improcedente.**




Ainda, necessário registrar que o RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos dispõe que as impugnações de editais de licitação devem ser encaminhadas para decisão do Diretor-Presidente, razão pela qual encaminhamos o presente expediente.

Atenciosamente.

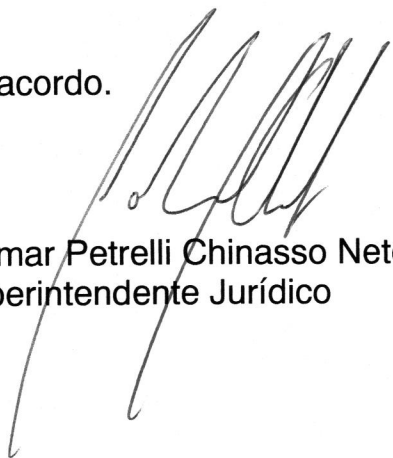


Harisson Guilherme França  
Advogado



Elizabete Maria Bassetto  
Gerência – DELI

De acordo.



Colmar Petrelli Chinasso Neto  
Superintendente Jurídico

Curitiba, 08 de janeiro de 2019

De: PRES  
Para: DELI

**DESPACHO**

Usando como fundamento para decidir o contido na Nota Técnica nº 001/DVIT/2019, julgo **IMPROCEDENTE** a Impugnação formulada pela INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI.

Encaminhe-se o presente expediente ao DELI para resposta e providências cabíveis.



Nelson Cordeiro Justus  
Diretor Presidente